

## DEZ LIVROS PARA CONHECER O BRASIL RURAL

*Margarida Maria Moura (DA)*

“Pensar e escrever sobre a estrutura agrária brasileira é tarefa do político e do acadêmico, através do pensamento de economistas, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, agrônomos, literatos, historiadores e geógrafos. Nestes segmentos profissionais da sociedade brasileira, opinar e interpretar a estrutura agrária é uma inevitabilidade; é um assunto sobre o qual sempre há algo para ser dito e confrontado com argumentos antagônicos.” Foi assim que iniciamos, José Cesar Gnaccarini e eu, o artigo “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”, do Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), em seu volume nº 15, de 1983 (segunda edição de 1990).

Para referências a obras que ajudam na construção dos marcos do texto, o leitor encontrará no artigo mencionado critérios para a confecção de uma resenha bibliográfica de grande porte da produção vigente na época. O feito do presente trabalho é duplamente menor: ater-se à produção antropológica para conhecer o Brasil rural através de teses e livros de suma importância que, excepcionalmente, retornam a um ou outro texto citado anteriormente aos anos de 1980, e propiciar ao leitor referências da produção de trabalhos antropológicos posteriores aos anos 1990, que obviamente ainda não tinham sido citados.

Vale dizer também que alguns textos não podem ser considerados estritamente antropológicos no sentido disciplinar da palavra, mas que constituem leituras fundantes provenientes de áreas que se esmeraram em abordagens críticas sobre o Brasil rural. Neste sentido quero ressaltar o trabalho de Moacir G. S. Palmeira, **Latifundium et Capitalisme: lecture critique d'un débat**, tese de Terceiro Ciclo, defendida na Universidade de Paris em 1971, que expressa um sério esforço do autor de enveredar por um novo território interpretativo que superava o debate acerca da existência do feudalismo nas relações sociais vigentes na estrutura agrária brasileira.

Bem a propósito e ainda na década de 1970 surge o trabalho de José de Souza Martins, **O Cativo da Terra** (1978), que orienta sua pesquisa teórica e empírica para o esforço de entendimento da produção capitalista das relações não capitalistas de produção, diante dos impasses e simplificações contidos no já cansativo debate Capitalismo e Feudalismo como tipos macroestruturais pelos quais se poderia definir a sociedade brasileira, como nos mostra o próprio autor na apresentação desta obra. Pôde ele chegar a esta interpretação não somente através de uma reflexão sobre a análise que Marx faz da renda capitalizada da terra, mas por meio de pesquisa de campo sobre o regime de colonato nas fazendas de café.

No trabalho de Otavio Guilherme Velho, **Capitalismo Autoritário e Campesinato** (1976), o papel da fronteira funciona como nexos principais de explicação da estrutura agrária brasileira. Há uma saliência notória no uso do método comparativo, já que usando este procedimento, o autor faz um estudo não somente da fronteira a oeste do Brasil, fronteira em movimento ainda aberta então, como também da *moving frontier* tal como é entendida por Frederick J. Turner a fronteira também aberta a oeste nos Estados Unidos da América. Privilegiando o estudo de um modo autoritário de desenvolvimento capitalista, Velho mostra que este é um herdeiro direto dos sistemas de repressão da força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interveniente.

O livro de Carlos Rodrigues Brandão, **A Partilha da Vida** (pesquisa realizada de 1979 a 1986 e retomada em 1991), envereda naquilo que os antropólogos chamam de pesquisa de campo, onde os sujeitos da pesquisa acompanham o pesquisador em uma dialogia constante. Na região de São Luis do Paraitinga e de Catuçaba, dentro do Projeto Homem, Saber e Natureza *HOSANA*, os sistemas cognitivos de classificação e representação da Natureza e os sistemas normativos de apropriação patrimonial do meio ambiente entre camponeses tradicionais da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira englobam um exercício de decifração de aspectos e dimensões pouco conhecidas da vida e dos imaginários das pessoas do mundo camponês do Brasil. É porta de entrada de uma reflexão com base empírica sobre símbolos, gestos e significados entre homens e mulheres do mundo social e cultural em regiões de montanha e de seu meio ambiente. Tanto quanto pôde, Carlos Brandão mergulhou em ideias e vivências quanto ao que pensam de si mesmos como pessoas de corpo e alma.

Lygia Sigaud em **Os clandestinos e os Direitos: Estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco** (1979), apresenta a condição de morador como sujeitos de uma passagem para a condição de trabalhador residente na cidade, fato que não significaria uma simples mudança de domicílio, mas que é altamente indicativa da alteração de relações sociais, que vinculavam os proprietários a seus trabalhadores. Passagem esta que se insere no conjunto das transformações da *plantation* açucareira pernambucana a partir da década de 1950. Fato este que não é exclusivo, mas que ocorreu também em outras regiões do Brasil com a dissolução das relações de colonato e agregação, que foram objeto de estudo de outros pesquisadores. Partindo de uma problemática que coliga expropriação e reprodução da força de trabalho, o estudo de Lygia é também uma análise francamente antropológica, pois sua construção é feita a *partir dos trabalhadores*.

O artigo de Klaas Woortman, **Com parente não se neguceia** (1988), é de suma importância para o entendimento do Brasil rural, mostrando que a terra camponesa não é vista como um mero objeto de trabalho, mas como algo pensado e representado a partir de uma valoração ética. Sua ordem social é de caráter mais holista do que individualista. Para os camponeses a terra não é mercadoria, e sim patrimônio da família: é terra de herança e garantir sua integridade ponto de honra para pessoas morais governadas não somente pelo senso da própria honra, mas pelo fato do que está em jogo não é o mercado e sim o parentesco.

Os estudos de parentesco têm sido dos mais importantes campos da Antropologia. Isto não apenas para o entendimento das sociedades ameríndias, mas também para as sociedades camponesas do Brasil. A necessidade de preservação do patrimônio rural encontra grande dificuldade em função do Código Civil Brasileiro. A aplicação irrestrita do preceito legal terra para todos os filhos resultantes de um casamento desconhece os artifícios criados pelos direitos consuetudinários locais estudados em dissertações e ampliados por Ellen Woortman em sua tese de doutorado, atualmente publicada com o título **Herdeiros, Parentes e Compadres** (1994).

O que ocorre com os achados etnográficos com relação às terras de índio, num trabalho de campo realizado por Maristela de Paula Andrade no Maranhão, une de forma especialíssima pesquisados e pesquisadores numa delicada trama humana. **Terra de índio, identidade étnica e conflito em terras de uso comum** (1999), apresenta toda

uma polêmica envolvendo a escravidão indígena na região desde os anos de 1750, baseando-se em uma rica documentação histórica para fundamentar o caso etnográfico estudado. Nota-se aqui o papel do velho direito português que embora não aceitando a premissa de que os indígenas são os primitivos donos da terra, reconhece, no entanto, sua condição de súditos privilegiados. Este selo do direito oficial da época é hoje instrumento precioso a ser acionado nos tribunais, porque eliminou a possibilidade de comunidades camponesas, hoje ameaçadas pela apropriação privada da terra perpetrada por grandes grupos econômicos e pela dissolução do seu direito costumeiro, serem vistas como simples desvalidas em terra de ninguém.

O objetivo de **A Religião Contestada: elementos religiosos formadores do messianismo do Contestado** (2011), de Jair de Almeida Júnior, é dar a conhecer a religiosidade dos adeptos da Santa Religião Contestada, demonstrando algumas possíveis contribuições das crenças ameríndias e negras, amalgamadas no sincretismo do catolicismo popular, gerador do messianismo que ali se desenvolveu. Apresenta os fatores sociais e culturais que geraram e modelaram o messianismo no Contestado, auxiliando na compreensão de movimentos sociais posteriores envolvendo a posse de terra, baseados ou não em crenças religiosas e mágicas. Defendida a Dissertação às vésperas do Centenário da Guerra do Contestado, ainda em plena e trágica comemoração, a pesquisa acrescenta fatos novos à clássica literatura iniciada por Maria Isaura Pereira de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro.

Sendo ambas, religião e magia, constitutivas da sociedade caipira da Paulistânia dos séculos XVII e XVIII, primeiro, tecido que costura concepções ameríndias e luso-brasileiras, logo a seguir acrescidas das afro brasileiras, teria sido dificultoso um protestantismo missionário do final do século XIX puxar para fora este lençol de cultura caipira que recobria São João da Cristina e que foi profundamente analisado por Lídice Meyer Pinto Ribeiro, em **Protestantismo Rural: magia e religião convivendo pela fé** (2014). Aí, as classificações do mundo religioso são amplamente reportadas. O lugar privilegiado da religião é a igreja, uma prática que tende a ter um corpo estável de sacerdotes, cultos e crentes, como já nos ensinou Émile Durkheim. Enquanto que a magia aparece fora dela, invocada para obtenção de resultados espiritualmente visíveis como a melhora de um estado de saúde, uma colheita abundante no final de um ano agrícola, que dependem de ciclos longos da religião, como a oração e devoção para se

efetivarem. Salvo nos casos de milagres. Na magia não, o seu resultado é para “agora mesmo”.